

A década de 1980 é para o sindicalismo brasileiro repleta de novidades: as grandes e persistentes greves de massa, a definitiva implantação no meio rural, o confronto com o regime militar, a luta nas condições difíceis da recessão, o surgimento de novas lideranças e a criação das centrais sindicais. É também a década da permanência de alguns antigos problemas: persistência da estrutura sindical corporativa, dificuldade para se implantar nos locais de trabalho e manutenção de lideranças formadas numa cultura sindical herdada do tempo do populismo. Este livro, fruto de um trabalho demorado e criterioso de pesquisa realizado por cinco cientistas sociais especializados em sindicalismo, analisa esses grandes temas do movimento sindical brasileiro nos anos 80 de maneira clara e acessível.

# O SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 80

Armando Boito Jr. (org.)

Eduardo Noronha

Iram Jácome Rodrigues

Leônício Martins Rodrigues

Regina Reyes Novaes



# O SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 80

*Junio*  
ARMANDO BOITO JR., EDUARDO NORONHA, IRAM  
JÁCOME RODRIGUES, LEÔNCIO MARTINS  
RODRIGUES, REGINA REYES NOVAES

Biblioteca MA - PUCSP



100110783

Biblioteca  
Nadir Gouvêa Kfour  
PUC/SP



PAZ E TERRA

© Autores

Capa Pinky Wainer

Copydesk Eleni N. Barros

Revisão Angela M. Cruz e Victor E. Pizarro

Fotocomposição, paginação e filmes Helvética Editorial Ltda.

Dados de catalogação de Publicação Internacional (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Sindicalismo brasileiro nos anos 80 / Armando Boito Jr. ... [et al.].  
— Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

1. Sindicalismo - Brasil - História 2. Trabalho e classes trabalhadoras - Brasil - Atividade política 3. Trabalho e classes trabalhadoras - Brasil - História I. Boito Júnior, Armando.

CDD-331.880981  
-322.20981

91-2439

Índices para catálogo sistemático:

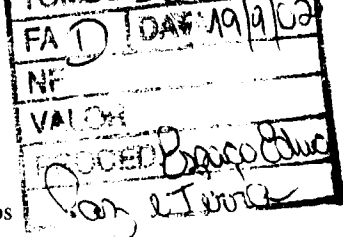
1. Brasil : Movimentos operários : Ciência política  
322.20981
2. Brasil : Operários : Movimentos trabalhistas :  
Ciência política 322.20981
3. Brasil : Sindicalismo : História : Economia  
331.880981

Direitos adquiridos pela  
EDITORA PAZ E TERRA S/A  
Rua do Triunfo, 177  
01212 — São Paulo, SP  
Tel. (011) 223-6522  
Rua São José, 90 — 11º andar  
20010 — Rio de Janeiro, RJ  
Tel. (021) 221-4066

Conselho Editorial  
Antonio Candido  
Fernando Gasparian  
Fernando Henrique Cardoso

1991

Impresso no Brasil/Printed in Brazil.



## ÍNDICE

### APRESENTAÇÃO 9

• AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS NA FORMAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS — LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES 11

—º REFORMA E PERSISTÊNCIA DA ESTRUTURA SINDICAL —  
ARMANDO BOITO JR. 43

A EXPLOÇÃO DAS GREVES NA DÉCADA DE 80 —  
EDUARDO NORONHA 93

AS COMISSÕES DE EMPRESA E O MOVIMENTO SINDICAL —  
IRAM JÁCOME RODRIGUES 137

CONTINUIDADES E RUPTURAS NO SINDICALISMO RURAL —  
REGINA REYES NOVAES 171

331 880 981  
5616

lembra o título de um dos artigos desta coletânea, da criação das centrais sindicais e da incidência do sindicalismo no processo político. Teria nascido um novo sindicalismo no Brasil? O sindicalismo brasileiro consolidou-se como força social de primeira grandeza? Ou, a despeito da grande movimentação sindical, o sindicalismo brasileiro carece, ainda, de alguns requisitos básicos para poder organizar de modo eficiente a luta dos trabalhadores? Esperamos que esta coletânea ajude o leitor a responder a perguntas como essas, além de lhe fornecer uma análise e descrição sistemáticas e multifacetadas do movimento sindical nos anos 80.

Os temas aqui tratados estão, segundo nos parece, entre os mais importantes para se compreender o sindicalismo brasileiro dos anos recentes: as tendências políticas, as centrais sindicais, a estrutura sindical, as greves, as comissões de empresa e o sindicalismo rural. Pensávamos, inicialmente, em contemplar também o crescimento do sindicalismo de classe média e a presença do movimento sindical no processo político. Esses temas, embora apareçam em mais de um artigo deste livro, poderiam ser analisados separadamente. Consideramos, contudo, que esta coletânea já está bastante abrangente e justifica plenamente sua colocação à disposição do público.

Cada artigo procura fazer um balanço geral, para o conjunto da década de 80, do tema que está examinando. Mas não há, neste livro, uma concepção de calendário do que sejam os anos 80. O principal marco inicial de referência, para a maioria dos artigos, é o ressurgimento do movimento sindical de massa em 1978, ressurgimento que agrava a crise do regime militar. Em alguns casos, quando o estudo exigiu, recuou-se ainda mais no tempo; em vários pontos, esboçou-se a análise da situação atual, neste início dos anos 90; e, em alguns outros, fez-se um esforço para detectar as possíveis tendências do tema abordado para o futuro próximo.

A.B.J.  
São Paulo, julho de 1991

## *AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS NA FORMAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS*

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES

uma infra-estrutura administrativa e um volume considerável de recursos capazes de possibilitar não apenas a realização de numerosas greves<sup>2</sup> como também o financiamento de muitos encontros, reuniões, conferências, publicações e outras atividades políticas e sindicais. Pensamos, conseqüentemente, que não conviria menosprezar a importância do aparelho sindical, que pôde ser mobilizado por suas diretorias de uma forma certamente não desejada pelo governo.

Em segundo lugar, ainda sob o regime autoritário, depois das cassações das lideranças ligadas ao PCB e ao antigo PTB, forma-se uma nova geração de dirigentes sindicais não vinculada ao esquema político janguista e disposta a encontrar seu espaço na vida política e econômica do país. A ascensão desses sindicalistas na estrutura sindical oficial deu-se de modo quase imperceptível. Tudo indica que, na maior parte dos casos, tratava-se de dirigentes sem ligações com o esquema comunista-petebista anterior a 1964 e com as organizações políticas de esquerda, clandestinas ou semiclandestinas que se constituíram após o golpe de 1964. Conseqüentemente, a ascensão dessa geração de sindicalistas não foi barrada pelo Ministério do Trabalho ou pelos organismos de segurança.

E, *last but not least*, deve-se destacar a mudança na política da Igreja católica ou de suas alas “progressistas”, com relação não apenas aos movimentos populares mas também ao sindicalismo propriamente dito, mudança que resultou na aproximação dos movimentos populares controlados ou influenciados pela Igreja, com as novas lideranças do denominado “sindicalismo autêntico” que surgia no ABC e em outras regiões do país. Já durante os anos mais duros da repressão, as paróquias e outras entidades ligadas à Igreja vinham dando cobertura a alguns ativistas sindicais (geralmente pertencentes às chamadas “oposições sindicais”), alvos da repressão dos organismos de segurança. Ao avançar a transição democrática, estreitou-se a ligação dos sindicalistas “autênticos” com os setores “progressistas” da Igreja, fato que proporcionaria ao movimento sindical não apenas um apoio material mas também uma cobertura política de parte de uma instituição poderosa e legítima. Os primeiros

2. Ver, neste volume, o artigo de Eduardo Noronha sobre o movimento grevista no período.

passos no sentido dessa aproximação, que terminou por unir militantes católicos, sindicalistas e correntes marxistas-leninistas no PT e na CUT, foram dados no período 1978-80, quando se consolidam as principais correntes do sindicalismo brasileiro. A idéia de formação de uma grande organização nacional dos trabalhadores externa à estrutura sindical — essencial para a constituição do poder sindical — apareceu muito cedo. Neste artigo procuramos descrever os primeiros passos dos esforços das diferentes lideranças nessa direção. Acreditamos, contudo, que muitos fatos mereceriam uma análise mais minuciosa e que um estudo mais aprofundado do período ainda deve ser realizado a fim de elucidar melhor os fatos, articulações e aproximações político-ideológicas que, no dobrar da década, iriam configurar os principais atores do sindicalismo e da política brasileira.

### A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

Por volta do final dos anos 70, quando a abertura política se acelerou, as novas lideranças sindicais, dentro e fora da estrutura oficial, começam a se articular. Um marco, nesse sentido, foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1978. Nessa ocasião, um grupo de dirigentes dos sindicatos oficiais opôs-se à cúpula da CNTI.<sup>3</sup> Esse grupo, do qual faziam parte o próprio Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Peres, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, etc., passou desde então a ser denominado “sindicalistas autênticos”. Dele faziam parte, de um lado, a nova geração de diretores de sindicatos (Lula entre eles) que nesse momento poderiam ser classificados também como “independentes” e, de outro lado, os sindicalistas com vinculações partidárias, basicamente com o PCB (caso de Arnaldo Gonçalves). Em função da reunião da CNTI, quando os dois grupos se aproximaram na crítica aos dirigentes dessa entidade e na defe-

3. As divergências giraram em torno de questões regimentais, mas foram importantes porque possibilitaram a articulação de um bloco de sindicalistas de oposição aberta ao governo.

sa de uma postura mais militante do sindicalismo, surgiu um organismo de coordenação, a Intersindical de existência efêmera.<sup>4</sup> Após o término da reunião esse grupo de sindicalistas divulgou uma Carta de Princípios em que pedia a redemocratização do país (eleição direta para presidente, governadores e senadores), convocação de uma assembléia nacional constituinte, revogação das leis de exceção, etc. No plano sindical, a Carta de Princípios pedia direito de greve sem restrições, livre negociação com os empregadores, substituição do contrato individual de trabalho pelo contrato coletivo, liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais, etc., etc. É interessante notar, nesse documento, as demandas de restituição do poder normativo à Justiça do Trabalho, assim como a ampliação de sua competência, demandas que, na época, faziam muito sentido em razão do controle dos reajustes salariais por parte do governo mas que, posteriormente, seriam deixados de lado em favor das demandas de negociação direta com as empresas.<sup>5</sup>

Mas o dado novo, que viria alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país, foi a “esquerdização” do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista.<sup>6</sup> Desse ponto de vista, é importante ressaltar, como acentua Vera da Silva Telles,<sup>7</sup> o surgimento, a partir de 1974, da Pastoral Operária, sob inspiração da Teologia da Libertação, e seu esforço no sentido de

aproximar os movimentos populares do movimento sindical. Com isso, o bairro tornou-se também um local de articulação operária. Muitos trabalhadores, ligados aos grupos comunitários, passaram a atuar nos sindicatos, geralmente nas oposições a diretorias consideradas excessivamente moderadas ou “pelegas”, introduzindo novos conceitos e reivindicações no campo da militância sindical (democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e dos bairros, comissões de fábricas, etc.).

### *O Encontro de João Monlevade*

Do ponto de vista dos rumos do sindicalismo brasileiro e de suas relações com a Igreja “progressista” — ou, mais especificamente, das relações entre os ativistas católicos ligados aos movimentos sociais e às oposições sindicais com a nova safra de diretores de sindicatos ditos “autênticos” —, provavelmente o fato mais significativo tenha sido o chamado Encontro de João Monlevade (MG), realizado em fevereiro de 1980 no Sindicato dos Metalúrgicos, então dirigido por João Paulo Pires de Vasconcelos. Do encontro participaram líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de atividades comunitárias de base, das oposições sindicais, além de diretores de sindicatos oficiais. Essa junção de sindicalistas com ativistas de movimentos sociais não é comum na história do sindicalismo. No nosso caso, ela se explica diretamente pela atuação de intelectuais militantes ligados à Igreja. Entre estes, cumpre citar frei Beto, que teve papel relevante na aproximação dos “autênticos” com os movimentos sociais e no encaminhamento dos militantes católicos para o PT.<sup>8</sup>

A reunião de Monlevade estabeleceu alguns princípios básicos ligados à luta pela “democratização da estrutura sindical”,

4. Ver Aloísio Mercadante Oliva e Luís Flávio Rainho, “CUT e CONCLAT: A Divisão Política do Movimento Sindical”, in *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84*, Aconteceu Especial 16, CED1 (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), s.d.

5. Uma reprodução da Carta de Princípios encontra-se em Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*, São Bernardo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. vol. I.

6. Scott Mainwaring, em seu estudo sobre a Igreja católica no Brasil, assinala que a maioria dos teólogos, cientistas sociais e bispos da Igreja popular é “vagamente simpatizante do socialismo”, embora de modo geral não tenha uma visão clara do que ele seja. Mainwaring acentua que os setores progressistas da Igreja rejeitam o padrão lenista e a idéia de um partido de vanguarda. Apesar de considerar que a Igreja católica no Brasil foi uma das mais progressistas da América Latina e que as facções progressistas continuam atuantes, o autor julga que a abertura política e o fortalecimento dos partidos estreitaram a atuação institucional da Igreja. Cf. Scott Mainwaring, *Igreja Católica e Política no Brasil — 1916-1985*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

7. Vera da Silva Telles, “Anos 70: Experiência e Práticas Cotidianas”, Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*, Porto Alegre, L&PM-CEDEC, 1986.

8. Ver, a propósito, Márcia Regina Berbel, *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira (1978-1980)*, dissertação de mestrado apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1991, mimeo., especialmente pp. 106-7. No mesmo sentido vão as observações de Ana Maria Doimo, “Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade”, in Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), *op. cit.*

tais como o fim da CLT e sua substituição por um Código de Trabalho, o estabelecimento de contratos coletivos de trabalho em lugar dos contratos individuais, a liberdade e a autonomia sindicais de acordo com a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (“preservado o princípio da unidade sindical”), o fim da legislação restritiva ao direito de greve, a negociação direta entre empregados e empregadores, com o fim da intermediação do Estado, etc. O encontro também recomendou o estabelecimento de mecanismos de consulta, de troca de experiência e de reunião que seriam o “embrião de uma futura organização intersindical”, pensada mais provavelmente como uma ampla entidade agrupando sindicatos urbanos e rurais e associações ligadas aos movimentos sociais da Igreja.

Embora o documento propusesse a substituição do modelo “implantado pelos militares e pelas multinacionais” por uma “sociedade dirigida pelos trabalhadores”, as reivindicações, em si mesmas, não eram de natureza radical. No rol de demandas, por exemplo, não constavam reivindicações de tipo socialista, enquanto a reforma agrária não chegava a ser mencionada. A ênfase ia para as questões de participação e movimentação das bases (“participação efetiva” dos trabalhadores nas empresas através da criação de representantes de trabalhadores, derrogação da legislação restritiva ao direito de greve, contrato coletivo de trabalho, etc).<sup>9</sup> A maior parte dos que estiveram presentes iria participar da formação do PT e ocupar posições relevantes nesse partido e na política brasileira. Do Encontro de João Monlevade ainda participou Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e membro da direção do PCB. Posteriormente, os comunistas e outros dirigentes da tendência “unidade sindical” afastar-se-iam dos “autênticos” e da Igreja.<sup>10</sup>

9. Documento de João Monlevade, fev. 1980, mimeo. Deve-se notar que, no rol das estratégias a serem seguidas pelos sindicatos (“permanente trabalho de mobilização e conscientização das bases”, organização de diferentes modos de luta, formação de lideranças, etc.) aponta o documento, ao final, a necessidade de “buscar e apoiar assessorias qualificadas”, institucionalizando e legitimando, assim, a participação dos intelectuais que assessoram os movimentos sindical e popular.

10. Entre os presentes estavam: Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, João Paulo Pires de Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, e frei Beto, representante da Pastoral Operária da Diocese de São Bernardo. Entre os que não iriam aderir ao PT deve-se mencionar, além de Arnaldo Gonçalves, o presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de São Paulo, Hugo Peres.

## O Encontro de São Bernardo

Depois da reunião de João Monlevade, as mesmas tendências voltariam a se reunir, em julho do mesmo ano, na cidade de Taboão da Serra (SP).<sup>11</sup> As organizações da Igreja tiveram, também nessa reunião, um forte peso. Das 50 entidades que assinaram o documento de São Bernardo, 24 eram diretores de sindicatos, enquanto 14 eram representantes de organizações católicas (pastorais, ação católica, FASE, etc.), entre os quais frei Beto. Mas, para medir a influência da Igreja, é necessário ter em conta a presença dos diretores católicos “progressistas” dos sindicatos oficiais. Segundo a antropóloga Ana Maria Doimo, sem contar os sindicalistas, havia 23 representantes de diversos tipos de movimentos sociais, direta ou indiretamente ligados à Igreja, entre eles doze representantes de pastorais (operárias ou da terra) e de comunidades eclesiais de base.<sup>12</sup>

Com relação à reunião de Minas Gerais, o Encontro de São Bernardo assinala um conjunto mais amplo e radical de reivindicações, inclusive a luta pela posse da terra dos trabalhadores rurais e urbanos, o que unificaria as ações entre os dois segmentos da classe trabalhadora. O documento alerta os trabalhadores para o risco de se “fixar somente na luta parlamentar ou de dar prioridade a ela”, e insiste que o partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, não devendo a luta partidária ser confundida com a luta sindical. Por outro lado, refletindo a influência das entidades ligadas aos movimentos sociais, o documento enfatiza que “o sindicalismo deve ser praticado em todos os locais possíveis: começando nos locais de trabalho, passando pelas mobilizações de bairro e terminando no sindicato, para se dar (*sic*)

11. Na realidade, o encontro deveria ter ocorrido em São Bernardo do Campo. Em virtude da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos, a reunião foi transferida para Taboão da Serra, conservando-se, contudo, o nome de “Encontro de São Bernardo”, como uma homenagem à “capital do movimento sindical brasileiro”.

12. Ana Maria Doimo, “Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade” in Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), *op. cit.* A autora, então professora da Universidade Federal do Espírito Santo, participou do Encontro de São Bernardo na qualidade de representante de uma associação de bairro, e foi uma das primeiras analistas dos movimentos sociais a chamar a atenção para o papel da Igreja nos meios sindical e popular.

uma maior força e unidade na luta”.<sup>13</sup> O sindicalismo deveria considerar-se como parte de outros movimentos populares. Defendia-se, desse modo, a unificação dos movimentos sociais com o sindicalismo, unificação que daria um passo adiante com a criação da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais). De outro lado, o documento enfatiza a luta dos trabalhadores no campo e a necessidade da aproximação dos movimentos urbanos e rurais e situa, pela primeira vez de modo expresso, a necessidade de um partido político “capaz de contribuir para a libertação das classes populares”.<sup>14</sup> Além da reivindicação de uma “nova estrutura sindical”, do apoio à Convenção 87 da OIT, os participantes manifestaram-se a favor da criação de uma central única dos trabalhadores e de uma nova estrutura sindical “democrática e autônoma”, da formação de intersindicais reunindo trabalhadores urbanos e rurais, etc.<sup>15</sup> Como principais bandeiras de luta foram estabelecidas a reforma agrária, a garantia do emprego, as eleições diretas em todos os níveis de representação, o direito de greve, o contrato coletivo de trabalho e a recondução dos dirigentes sindicais cassados. É importante assinalar a formalização do conceito de “movimento popular”, definido de modo a incluir também o movimento sindical, o que ia na direção dos planos da ala esquerda da Igreja, de constituição de uma ampla organização dos movimentos populares e não de uma organização exclusivamente sindical: “Por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade como

13. Documento de São Bernardo, jun. 1980, mimeo.

14. O documento alerta para “certos preconceitos”, que existiriam nas classes populares quanto à questão do partido, preconceito que seria fomentado pelas classes dominantes. É possível que esse alerta tivesse como alvo as resistências de tipo obreirista manifestado por muitos ativistas dos movimentos populares, os quais, como acentua Ana Maria Doimo, desconfiavam dos políticos, dos dirigentes sindicais e da política. Cf. Ana Maria Doimo, *op. cit.*, p. 111. Essa desconfiança era partilhada pelo próprio Lula: “A solução dos problemas do trabalhador não está nos partidos políticos, mas na classe” (...). Se houvesse a possibilidade de criar mais partidos políticos, haveria um dilúvio de políticos de ambos partidos. Prefiro preparar a classe trabalhadora para saber optar”. Entrevista concedida a Luiz Gonzales, publicada na revista *Visão*, de 3.4.1978, e republicada em *Lula, Entrevistas e Discursos*, edição do Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores, Editora O Repórter de Guarulhos, Guarulhos, 1981, 2ª ed., p. 34.

15. A relação entre as “intersindicais” e a CUT, contudo, não foi explicitada.

no campo. São movimentos populares as associações de bairro da periferia, os clubes de mães, as associações de favelados, os grupos de loteamento clandestino, as comunidades de base, os grupos organizados em função de luta pela terra e outras formas de luta e organização populares. É também parte integrante do movimento popular o movimento sindical, que, pela sua própria natureza, possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que o integram”. Chama a atenção, na definição, a limitação dos movimentos populares às formas de mobilização e participação das pessoas das classes populares *diretamente* vinculadas ao processo produtivo e a inclusão, na categoria dos movimentos populares, dos clubes de mães, grupos de loteamento clandestino, etc.<sup>16</sup>

### *O Encontro de Vitória (ES)*

Após o Encontro dito de São Bernardo, a aproximação dos “autênticos” com a Igreja prosseguiu com a reunião de junho de 1981, em Vitória (oficialmente, o III Encontro Nacional). Cerca de 130 delegados de dezoito estados estiveram presentes.<sup>17</sup> A reunião aprovou, entre outras propostas, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, a realização de uma greve geral envolvendo não apenas as organizações sindicais, mas também todas as associações e movimentos, das cidades e do campo; a estabilidade no emprego; o fim da estrutura sindical; a formação de uma central única de trabalhadores, etc. Nesse encontro, os sindicalistas ligados ao PCB já não compareceram.<sup>18</sup> O exame da relação de participantes mostra, como nos encontros anteriores, a presença de dirigentes de sindicatos urbanos e rurais, de pastorais operárias e da terra, de comunidades eclesiais de base, de associações de bairro e de outras organizações católicas, como o CIMI (Con-

16. Documento de São Bernardo.

17. Américo Bernardes, “O Sindicalismo Combativo Unifica Propostas”, *Em Tempo*, 17.6.1981.

18. “De início, houve a tentativa de puxar para a ANAMPOS os sindicalistas da área chamada de reformista, como Arnaldo Gonçalves, presidente dos metalúrgicos de Santos e dirigente do Partido Comunista Brasileiro. A idéia era ganhar os reformistas e fazê-los se distanciar dos pelegos. Em curto espaço de tempo, essa tática se manifesta inviável. Os sindicalistas autênticos se aproximam cada vez mais das oposições sindicais e se afastam de companheiros de viagem que tinham práticas cada vez mais discordantes”. Vito Giannotti e Sebastião Neto, *CUT por Dentro e por Fora*, Petrópolis, Vozes, 1990, p. 35.



selho Indigenista Missionário). Uma avaliação mais acurada das entidades participantes indica, contudo, que as organizações sindicais eram minoria e que, entre elas, predominavam os sindicatos de profissionais com formação universitária (engenheiros, médicos, assistentes sociais, jornalistas, professores universitários, etc.). Os sindicatos de trabalhadores industriais, na quase totalidade dos casos, eram sindicatos de metalúrgicos.

Depois desse encontro viria a ser formada a ANAMPOS (oficialmente, IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical), cuja reunião se realizou em Goiânia, em junho de 1982.<sup>19</sup> O número de participantes aumentou bastante, chegando a 113, vindos de dezenove estados. Esse IV Encontro Nacional esteve centrado na necessidade de se evitar o adiamento do próximo Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o CONCLAT, e a lutar pela criação da CUT “pela base”, quer dizer, evitando a formação de uma central baseada apenas nos sindicatos da estrutura oficial e, especialmente, nas federações e confederações. Nessa reunião, a ANAMPOS, que pretendia se transformar na liderança da futura central sindical, levantou a idéia da participação “orgânica” dos movimentos populares na CUT.<sup>20</sup> Essa proposta, aliás, daria continuidade e desenvolvimento ao modelo já existente na própria ANAMPOS, possibilitando concretizar, em escala ampliada, a junção do movimento sindical com os movimentos populares, tal como esboçado na primeira reunião de João Monlevade.

Assim, sob influência dos intelectuais e ativistas ligados à Igreja católica (ou às organizações de orientação católica “progressista”), se esboça uma teoria da união dos movimentos populares urbanos e rurais com o sindicalismo na qual às organizações sindicais caberia o papel de vanguarda. Na reunião de Goiânia, os movimentos populares são entendidos como “uma retaguarda permanente de organizações e movimentos sindicais”. Por sua vez, quando ligados ao sindicalismo, os movimentos populares romperiam “a barreira de suas próprias reivindicações localizadas por melhoria das condições de vida, acompanhando as lutas gerais das classes trabalhadoras do país (...) Assumim-

do bandeiras de lutas conjuntamente com os movimentos sindicais, os movimentos populares podem unificar suas lutas em cima de reivindicações pouco assimiláveis pela própria estrutura do Estado e do Sistema”. No final, “os movimentos populares, articulados aos movimentos sindicais, não terão dificuldade em assumir a luta pela construção de uma Central Única dos Trabalhadores como instrumento que também representa a luta por seus interesses”.<sup>21</sup>

A análise dos documentos dos diferentes encontros entre os sindicalistas e os ativistas católicos indica, de parte destes, a intenção de construir não propriamente uma central sindical mas uma grande organização popular reunindo sindicatos, pastorais, organizações de bairro e outras entidades controladas ou influenciadas pela Igreja “progressista”. Esse projeto, que dificilmente poderia realizar-se em razão da especificidade de cada movimento, chocava-se com a idéia de uma central fundada basicamente sobre os sindicatos, federações e confederações da estrutura oficial, defendida pelos partidos comunistas e outras correntes que viriam a integrar a tendência Unidade Sindical.<sup>22</sup>

O esforço para a criação de um grande organismo reunindo sindicatos rurais e urbanos e “movimentos populares” encontrou muitas dificuldades para sua concretização. Embora no congresso de formação da CUT estivessem não apenas os sindicatos mas também as oposições sindicais, as organizações dos movimentos populares não participaram. Aliás, ao que se deduz de uma avaliação feita pela própria ANAMPOS, desde o início teria havido muitos problemas para reunir numa mesma organização as associações populares da Igreja e os sindicatos oficiais. Segundo o mesmo documento, após o encontro de Vitória teria havido uma separação entre o setor sindical e o setor popular. No final, essa separação poderia levar a ANAMPOS a propor uma CUT “tipo CGT européia”, uma “superestrutura sin-

21. “Por que Articular os Movimentos Sindicais com os Movimentos Populares?”, documento preparado pela Secretaria Nacional da ANAMPOS e distribuído aos participantes do encontro de Goiânia.

22. A formalização da tendência Unidade Sindical ocorreu depois da comemoração do Primeiro de Maio de 1979, quando os sindicatos influenciados pelo PCB e PC do B se reuniram sob essa denominação. No entanto, as divergências entre os sindicalistas da Unidade Sindical e os “autênticos” do grupo “lulista” só se tornariam mais fortes depois da greve dos metalúrgicos de São Bernardo, em abril de 1980, quando os sindicalistas comunistas se recusaram a participar do Comitê de Solidariedade.

19. A reunião de Vitória veio a ser chamada de III Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares (ENAMP). Os encontros de João Monlevade e de São Bernardo foram denominados simplesmente “encontros”.

20. “Documento de Goiânia”, jun. 1982, mimeo.

dical num país de subemprego e sindicalismo atrelado”, deixando sem representação os movimentos populares. A proporção de “trabalhadores intelectuais” nos três encontros anteriores ao de Goiânia — ainda de acordo com o referido documento — seria de 55 %, enquanto a de “camponeses” teria sido de apenas 3,4 % e a dos militantes dos movimentos populares, de 9,0 %.<sup>23</sup> A participação operária teria caído em 16 % e a dos trabalhadores manuais, em 7 %. Por outro lado, a participação “de agentes de pastoral de assessores” nos três encontros teria sido de 32 %. O documento aponta “um predominante poder de intervenção” dos sindicalistas dos setores médios nos encontros.

### O ENTOES

Paralelamente à movimentação sindical, que reuniu primeiro os autênticos e depois estes com os movimentos populares influenciados pela ala esquerda da Igreja, ocorria a tentativa de rearticulação de outras correntes atuantes no meio sindical, as “oposições sindicais”. A iniciativa de reuni-las partiu do Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, realizada em abril de 1979. Um Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS) foi convocado. Posteriormente, em inícios de 1980, ocorreu outro encontro em São Paulo, com a participação de sindicalistas das oposições sindicais de dez estados representando 41 categorias profissionais. Desses encontros participaram apenas os militantes das oposições, ou seja, de ativistas sindicais que não faziam parte de diretorias. No entanto, apesar de nem sempre as opiniões serem convergentes, a aproximação entre a maior parte dos ativistas das oposições com os sindicalistas “autênticos”, ou seja, com os dirigentes dos sindicatos oficiais, acabou se efetuando. Ela se concretiza no chamado Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu (RJ). A esse encontro estiveram presentes, além dos militantes das oposições de diferentes tendências, vários membros de diretorias sindicais consideradas combativas, “grupos de trabalhadores combativos”, comandos de greves, comissões de

empresas, etc., num total de cerca de quinhentos delegados de quinze estados. O ENTOES propunha-se a agregar “todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estejam de acordo com a transformação urgente do modelo sindical vigente”, de modo a “somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático”.<sup>24</sup> A participação das “diretorias combativas” no ENTOES<sup>25</sup> fortaleceu as relações dos ativistas das oposições com os grupos dos sindicalistas “independentes” liderados por Lula. Com isso se consolida o rompimento dos últimos com seus antigos companheiros da tendência Unidade Sindical, que considerava o ENTOES como um fator de divisão no meio sindical. Desaparecia, assim, o primeiro bloco dos “autênticos”, ou os “sindicalistas opositoristas”, que se formara por ocasião do Congresso da CNTI em julho de 1978. Por outro lado, a aproximação, na ANAMPOS, da tendência de Lula e dos sindicalistas “autênticos” com os membros das oposições sindicais viria reforçar consideravelmente o bloco que daria origem à CUT. É difícil avaliar se, de outro modo, a CUT poderia ter sido criada, mas, seguramente, grande parte das características e da cultura cutista resultou dessa aliança efetuada, em ampla medida, sob a égide da Igreja.

O ano de 1980 foi marcado, assim, pela intensa movimentação das numerosas tendências que resultaram numa febre de reuniões de caráter regional e nacional.<sup>26</sup> A essa altura, no plano partidário, iam adiantadas as articulações para a formação do PT. As propostas a favor do novo partido vinham de três fac-

24. “ENTOES, o que é?”, documento do ENTOES, mimeo.

25. A Coordenação Nacional acabaria por ficar composta exclusivamente por dirigentes, ou dirigentes cassados do sindicalismo oficial: João Paulo Pires de Vasconcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade; Antônio Luciano Fuzer, presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro; Luiz Inácio da Silva, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; Olívio Dutra, presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; Raimundo Ananias, presidente do Sindicato dos Securitários de Pernambuco, e Geraldo Pastana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. As lideranças, ou algumas das lideranças das oposições sindicais, pretendiam fazer do ENTOES a base de uma central sindical. Os dirigentes dos sindicatos oficiais “autênticos” não concordavam com essa idéia, valorizando uma CUT mais ampla. No final, prevaleceu o ponto de vista dos “autênticos”.

26. Não se pode deixar de assinalar o grande número, aparentemente desnecessário, de congressos, conferências e reuniões de todos os tipos que ocorreram no começo dos anos 80. Em alguns casos, considerando o grande número de participantes, o custo deve ter

23. “Por que Articular os Movimentos Sindicais com os Movimentos Populares?”

ções: 1. do grupo de sindicalistas ligados às oposições sindicais e à Igreja católica; 2. das facções mais radicais, de formação marxista; 3. dos sindicalistas liderados por Lula.<sup>27</sup> Nota Márcia Regina Berbel, em sua minuciosa reconstituição da formação do PT, que os militantes católicos, apesar de terem uma “participação notável no ressurgimento do movimento sindical, não estiveram presentes no momento inicial da articulação da proposta de criação do partido”. Segundo a autora, o “discurso de valorização da autonomia [das associações controladas pela Igreja] face aos sindicatos e partidos prevaleceu entre esses militantes, afastando-se inclusive do PT”. Mais tarde, porém, “os militantes da Igreja Popular” iriam aderir ao PT “em grande escala”.<sup>28</sup> Esse aspecto é também destacado por Ana Maria Doimo. Segundo essa autora, em fins dos anos 70 “a Igreja redefine suas estratégias de ação em relação aos movimentos sociais no sentido de impulsioná-los a se constituírem formalmente fora dela”. A idéia da “emancipação dos movimentos sociais fora da pastoral” estaria conjugada com a formação de um partido capaz de expressar os interesses desses movimentos. Esse par-

sido elevado. Citemos alguns exemplos: em fevereiro de 1980 há o chamado Primeiro Encontro de João Monlevade. Poucos meses depois, em julho de 1980, há o II Encontro em Taboão da Serra (dito de São Bernardo). Aparentemente, nenhum fato novo justificaria nova reunião. Em agosto de 1983, há o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que decide sobre criação da CUT e convoca, para o ano seguinte, o I Congresso da CUT. Aproximadamente cinco mil delegados estiveram presentes em cada um dos congressos.

27. A formalização da proposta de criação de um partido de trabalhadores foi apresentada por Benedito Marcílio, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, no IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979. Na ocasião, Benedito Marcílio estava ligado à Convergência Socialista, de orientação trotskista. Lula, no entanto, já havia lançado a proposta de um PT em fins de 1978, numa reunião dos petroleiros da Bahia. Sobre o assunto, cf. as seguintes obras: Margaret Elizabeth Keck, *From Movement to Politics. The Formation of the Workers Party in Brazil*, tese de doutoramento apresentada na Universidade de Columbia (EUA), 1986, mimeo.; Rachel Meneguello, *PT, A Formação de um Partido*, São Paulo, Paz e Terra, 1989. A nosso ver, ambas as autoras, embora registrem o papel desempenhado pela Igreja na consolidação do novo partido, dão mais ênfase à atuação dos sindicalistas. Por outro lado, o estudo mais recente de Márcia Regina Berbel chama a atenção também para a atuação das pequenas organizações de esquerda na constituição do PT. Sua pesquisa traz uma detalhada análise do comportamento das diferentes tendências marxistas-leninistas com relação ao PT e de sua contribuição na criação do novo partido. Segundo a autora, ao final da década de 70, a grande maioria dos pequenos grupos de esquerda, apesar das divergências que os separavam, havia concluído pela necessidade de um partido mais amplo do que eles próprios. Cf. Márcia Regina Berbel, *op. cit.*, p. 63.

28. Márcia Regina Berbel, *op. cit.* pp. 43-4.

tido, nota Ana Maria Doimo, já estava em gestão na região do ABC paulista reunindo basicamente três tipos de forças sociais e políticas: “setores progressistas da Igreja; remanescentes da esquerda da década de 60 e intelectuais críticos a determinadas formas de luta e de organização existentes até então; e o setor do sindicalismo brasileiro auto-identificado como combativo e independente, juntamente com os movimentos de oposição sindical”.<sup>29</sup> A autora ressalta que não se tratava de um projeto da Igreja como um todo, mas apenas dos setores “identificados com as lutas populares e com um determinado tipo de prática organizativa para essas lutas”.<sup>30</sup>

Essas tendências, que patrocinavam a criação do novo partido, iriam logo depois defender a formação de uma “CUT pela base”, quer dizer, englobando não apenas os sindicatos como também as oposições sindicais e associações profissionais não reconhecidas como sindicatos (caso das associações dos funcionários públicos), que, na ocasião, não tinham direito de sindicalização.

A formação do PT viria acentuar as divergências já existentes no interior do sindicalismo brasileiro. Os comunistas, além de serem favoráveis a uma central especificamente sindical, não poderiam ver com simpatia o surgimento de outro partido que viesse disputar com os PCs o controle do movimento trabalhista. Desse modo, é possível distinguir quatro grandes tendências às vésperas da realização da CONCLAT, a primeira grande conferência nacional da classe trabalhadora posterior a 1964:

1. *Unidade Sindical* — Reunia sindicalistas que seguiam a orientação do PCB, do PC do B e do MR-8. Além de ser contra a criação do PT, essa tendência insistia na necessidade de aliança com o PMDB e outros setores sociais de modo a garantir a transição democrática, que considerava fundamental. Entendia também a Unidade Sindical que as mobilizações dos trabalhadores deveriam ser efetuadas com a prudência necessária, a fim de evitar um confronto com os militares, que pudesse retardar ou fazer retroceder a abertura democrática. A idéia de uma greve geral, defendida pelas correntes mais radicais, era rejeitada pelos sindicalistas que compunham essa tendência. A unidade sin-

29. Ana Maria Doimo, *op. cit.*, pp. 112-3.

30. *Idem*, p. 113.

dical, relacionada à defesa ou rejeição da Convenção 87 da OIT, era outro ponto de discórdia. A US, em nome da manutenção da unidade do sindicalismo, opunha-se à Convenção 87. Esta, ao proclamar a não intervenção governamental nos assuntos sindicais e trabalhistas, e ao permitir, se aprovada no Congresso brasileiro, ampla liberdade de organização sindical, abria a possibilidade de formação de mais de um sindicato da mesma categoria profissional numa mesma localidade, rompendo dessa forma um dos princípios básicos da estrutura corporativa, que é o sindicato único. Ao contrário das oposições sindicais, os membros da US defendiam a *autonomia* dos sindicatos frente ao Estado (quer dizer, o fim do direito de intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos) mas não a *liberdade* sindical, se com isso se entende a completa liberdade de organização sindical por parte dos trabalhadores, sem necessidade de reconhecimento pelo Estado. Esses eram alguns pontos concretos de divergência, que traduziam, porém, concepções de estratégia sindical e política profundamente diferentes. Para a US, o sindicalismo era concebido basicamente como um instrumento de obtenção de melhoras para a classe trabalhadora a serem obtidas não apenas através da ação dos sindicatos mas também através da aliança com outras forças políticas democráticas. Em larga medida, a estratégia dos dirigentes da Unidade Sindical reproduzia a anterior política de frente democrática preconizada pelos comunistas, versão da revolução em duas etapas, em que a primeira, que antecederia a revolução socialista, supunha uma aliança com a “burguesia nacional”.

2. *Bloco dos sindicalistas “independentes” também denominados “autênticos” e mais tarde “combativos”* — A esse grupo pertenciam sindicalistas que tinham entrado em conflito direto com o Ministério do Trabalho, desencadeando várias greves e levantando outras reivindicações que contrariavam a política salarial do governo. Alguns dos sindicatos que integravam essa tendência foram colocados sob intervenção pelo Ministério do Trabalho e seus diretores destituídos e presos. Política e ideologicamente, esse grupo não estava bem definido. Na ocasião, seus membros poderiam ser considerados como sindicalistas que lutavam por mais espaço de negociação com as empresas e se chocavam contra algumas das normas que regulavam a atividade sin-

dical, fundamentalmente o controle que o Ministério do Trabalho exercia sobre os sindicatos. Lula e essa nova geração de sindicalistas, que ascendera na estrutura do sindicalismo ainda no período dos regimes militares, como já dissemos, tinham pouca ou nenhuma experiência de participação política.<sup>31</sup>

3. *As “oposições sindicais”* — Como o nome indica, essa tendência reunia militantes sindicais que estavam em oposição às diretorias consideradas acomodadas ou “pelegas”. A composição das oposições era relativamente heterogênea. No seu interior havia facções “obreiristas” bastante radicais, de exaltação da ação direta e de repúdio à atuação parlamentar. A maioria de seus militantes estava ligada à Igreja católica através das pastorais operárias. Apesar disso, em meados da década de 70, alguns dos membros da oposição sindical metalúrgica de São Paulo pertenceram ao PC do B ou dele estiveram muito próximos. Ao contrário dos “autênticos”, os membros das oposições valorizavam as comissões de fábricas enquanto organizações autônomas dos trabalhadores, quer dizer, fora do controle das diretorias dos sindicatos.<sup>32</sup> Os militantes dessa tendência, ao da-

31. Lula, a grande liderança do novo sindicalismo, em 1980 declarava que, até 1979, era a “pessoa mais apolítica” que existia no País. Entrevista concedida a Xênia Bier e publicada na *Revista Especial*, abr. 1980 e reproduzida em *Lula. Entrevistas e Discursos*, p. 259. Em abril de 1978, já tendo se projetado como o grande dirigente sindical brasileiro, Lula afirmava “não ter vocação política” e nunca ter pensado em se “candidatar a nada”. Entrevista concedida a Luiz Gonzales, reproduzida em *Lula. Entrevistas e Discursos*, p. 49. Não se trata de uma declaração isolada. Lula reiteraria várias vezes essa afirmação. “Não tenho pretensões políticas, não sou filiado a partido político e tenho certeza de que jamais participaria da vida política porque eu não sirvo para político”. Programa “Vox Populi”, mai. 1978, *Lula. Entrevistas e Discursos*, p. 55. Mesmo depois da criação do Partido dos Trabalhadores, Lula ainda diria que o fato de participar de um partido político não significava que tivesse “pretensões políticas”. “O Lula não é candidato a coisa nenhuma.” Altino Dantas Júnior (org.), *Lula Sem Censura*, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 85. Ainda após a greve de 1978, as críticas de Lula à estrutura corporativa eram de tipo liberal, centradas na excessiva ingerência do Estado e nos obstáculos impostos pela legislação para uma negociação ampla e direta com as empresas. Nessa altura, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema afirmava “não ser partidário da intervenção estatal”, a qual deveria ser mínima, “restrita apenas a setores fundamentais da nação: saúde, educação, minérios, por exemplo”. Entrevista concedida a Luiz Gonzales. *Lula Entrevistas e Discursos*, p. 46. Mas em abril de 1980, em entrevista concedida a Xênia Bier, Lula defenderia a nacionalização das multinacionais. *Lula. Entrevistas e Discursos*, p. 271. As relações com a Igreja eram também diferentes, pois ele considerava a Igreja católica uma “instituição conservadora, responsável pela situação [má] em que viveria a classe trabalhadora. Cf. entrevista ao *Pasquim*, mar. 1978, republicada em *Lula. Entrevistas e Discursos*, p. 37.

rem prioridade às organizações e ações de base, colocavam em segundo plano a luta por uma democracia representativa, rejeitando a aliança com outros setores sociais e políticos da “burguesia liberal”.<sup>33</sup> Os “autênticos”, e o próprio Lula, preferiam valorizar o delegado sindical e, diante das comissões de fábricas, entendiam que elas deveriam ser subordinadas às diretorias dos respectivos sindicatos.<sup>34</sup>

4. *A extrema esquerda* — Por esse nome estamos designando tanto os vários grupos de ativistas sindicais (ou de militantes políticos) dos pequenos partidos de ideologia leninista como as tendências extremas, não organizadas partidariamente, quase próximas de um sindicalismo revolucionário. Mais do que o retorno à democracia, ou a ampliação do espaço dos sindicatos e das classes trabalhadoras “dentro do Sistema”, as pequenas organizações que integravam esse bloco tinham como objetivo a luta pelo socialismo através de uma prática radical destinada permanentemente à agudização do conflito social.

#### A PRIMEIRA CONCLAT

Apesar das numerosas divergências, todas as forças militantes do sindicalismo brasileiro viriam participar conjuntamente, em agosto de 1981, de um grande encontro de trabalhadores realizado em Praia Grande, litoral do Estado de São Paulo, onde se

32. Por volta de fins da década de 70, muitas comissões de fábricas foram formadas, às vezes clandestinamente. Com a abertura política, algumas voltaram a atuar abertamente e a negociar com as empresas. Uma das mais importantes experiências de comissão de fábrica foi feita na Ford do Brasil. Para uma análise da comissão de fábrica nessa multinacional, ver a pesquisa de Iram Jácome Rodrigues, *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*, São Paulo, Cortez-Fase, 1990. Uma avaliação mais geral das comissões de fábricas no Brasil (e em outros países) encontra-se em José Henrique de Faria, *Comissões de Fábrica*, Curitiba, Criar, 1987, e Manoel Cabral de Castro, *Participação ou Controle: o Dilema da Organização e Representação nos Locais de Trabalho*, tese de doutoramento apresentada no Departamento de Ciências Sociais da USP, 1986, mimeo.

33. A mais detalhada análise das oposições sindicais foi feita por Hamilton Faria, *A Experiência Operária nos Anos de Resistência. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário*, dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, 2 vols., 1986, mimeo. Outras informações sobre as oposições sindicais podem ser encontradas em Celso Frederico, *A Esquerda e o Movimento Operário — 1964-1984*, especialmente volumes 2 e 3, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990; e Éder Sáder, *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, São Paulo, Paz e Terra, 1988, especialmente o capítulo IV, “Movimentos Sociais”.

34. Ver, neste livro, o artigo de Iram Jácome Rodrigues sobre as comissões de fábricas.

localizam várias colônias de férias de sindicatos e federações de trabalhadores. A reunião tomou o nome de Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

Em larga medida, a importância dessa CONCLAT advém do fato de ter sido a primeira (e última) grande conferência em que participaram praticamente todas as facções militantes do meio sindical. O número de entidades que dela participaram foi bastante elevado: 480 sindicatos urbanos (3 108 delegados), 384 sindicatos rurais (969 delegados), 32 associações de funcionários públicos (49 delegados), 176 associações pré-sindicais (875 delegados), 33 federações urbanas (90 delegados), 17 federações rurais (134 delegados) e 22 representantes de quatro confederações (agricultura, professores, trabalhadores em comunicação e servidores públicos), num total de 1 126 entidades e 5 247 delegados.<sup>35</sup> A presença de um número elevado de representantes de associações pré-sindicais ao lado de federações e confederações é por si mesma indicativa da participação de muitas facções, uma vez que os delegados das federações e confederações tendiam a ser mais moderados e eram, habitualmente, alvo dos ataques das tendências mais radicais. É significativo, nesse sentido, que o congresso que, dois anos depois, levou à formação da CUT tenha contado com a participação de apenas uma confederação.

35. Clarice M. Menezes e Ingrid Sarti, “CONCLAT, a Melhor Expressão do Movimento Sindical Brasileiro”, Rio de Janeiro, ILDES, 1983. Esse estudo, que apresenta as teses aprovadas na reunião, constitui uma das melhores fontes de informação sobre a CONCLAT de 1981. Sobre os grupos e tendências em fins da década de 70, cumpre mencionar na área acadêmica o estudo de Isabel Ribeiro de Oliveira, *Trabalho e Política*, Petrópolis, Vozes, 1988 (especialmente o cap. III, “Relato dos Principais Eventos do Período Considerado (1977-1979)”, e cap. V “Reconstruindo o Discurso: Líderes e Bases”); e Raquel Meneguello, *op. cit.*, especialmente o cap. II, “Origens do PT: as Transformações do Sindicalismo Brasileiro”; Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança”, in Bernard Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil pós-1964*, São Paulo, Brasiliense, 1983. A publicação da CUT *I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora*, editada com participação do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Tempo e Presença Editora, Rio de Janeiro, 1984), embora avaliando os acontecimentos do ângulo dos militantes que formaram a CUT, também oferece muitos dados sobre os bastidores das disputas sindicais que resultaram na formação da CUT e da CGT. Os dados referentes ao número de participantes (delegados e entidades) são ligeiramente diferentes dos apresentados por Ingrid Sarti e Clarice Menezes, fato que, para todos os fins de análise, é irrelevante. De uma perspectiva mais militante, e pró-CUT, as seguintes publicações trazem informações importantes sobre as tendências no movimento sindical nos primeiros anos da década de 80: Vito Giannotti e Sebastião Neto, *op. cit.*, e Adriano Sandri, *Os Trabalhadores e o Movimento Sindical no Brasil*, Belo Horizonte, Gefasi, 1990.

A presença de mais de cinco mil delegados exigiu um esforço organizatório considerável, que não se suporia possível de ser feito por um movimento sindical que até então estivera sob forte controle governamental e sob constante vigilância dos organismos de segurança. O fato é indicativo de que, ainda sob regimes militares, os grupos mais à esquerda, ou de oposição ao governo, já tinham ocupado a direção de numerosos sindicatos importantes. Quando os controles governamentais atenuaram-se, a geração que havia, sob a ditadura, ocupado as direções do sindicalismo oficial contou com uma infra-estrutura administrativa e com recursos que permitiram passar a uma etapa de reorganização em escala nacional, da qual a CONCLAT foi um marco.

Nesse começo de década, as principais reivindicações que uniam precária e momentaneamente as diferentes tendências eram: estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas sem perdas salariais, reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), direito de greve e de sindicalização dos funcionários públicos, fim das leis de exceção, liberdade de organização partidária, anistia, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, reforma agrária, autonomia dos sindicatos diante do Ministério do Trabalho, etc. Embora defendendo a autonomia e a liberdade sindical, a tese da pluralidade sindical não foi aprovada. Aliás, já nos 17 Encontros Preparatórios (ENCLATS), a tese da pluralidade sindical havia sido rejeitada.

Apesar de todas as divergências, conflitos, desconfianças e recíprocas hostilidades, foi possível na Primeira CONCLAT chegar-se a um acordo no sentido de se eleger uma Comissão Nacional Pró-CUT através de uma chapa única formada por 56 sindicalistas rurais e urbanos de todas as tendências. Essa coordenação deveria preparar, para o ano seguinte (1982), um novo congresso para a formação de uma central única de trabalhadores.

Apesar da eleição da comissão pró-CUT, os conflitos no interior da comissão não possibilitaram a realização do congresso em 1982 e acabaram por precipitar a cisão no interior da CONCLAT e do sindicalismo brasileiro. A ala mais à esquerda, formada pelo chamado bloco combativo, estava em minoria no interior da Comissão Nacional. Apesar de pressionar em favor da realização do próximo congresso, não conseguiu êxito. Os sin-

dicalistas da Unidade Sindical, denominado também Bloco da Reforma, alegavam que não havia condições para a preparação, no ano seguinte, de um grande congresso nacional. Além disso, argumentavam que 1982, ano de importantes eleições, não seria propício para a realização do CONCLAT.

Outras divergências que transpareciam na questão da unicidade, da contribuição sindical, do papel das federações e confederações na futura CUT, da greve geral, etc. espelhavam, na realidade, diferentes concepções políticas e doutrinárias relativas ao papel do sindicalismo na sociedade brasileira. No caso específico da central a ser criada, as facções mais à esquerda eram favoráveis a uma entidade mais ampla, de modo a dar espaço às “oposições sindicais” e a reduzir o papel das federações e confederações. A proposta de realização de uma greve geral, com um ultimato ao governo caso as reivindicações apresentadas pela CONCLAT não fossem aceitas, constituiu outro ponto de discordância.<sup>36</sup> Na impossibilidade de um consenso, o bloco mais à esquerda decidiu convocar por sua conta, para 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que recebeu também o nome de CONCLAT.

## O I CONCLAT E A FORMAÇÃO DA CUT

Esse congresso, que se efetuou sem a participação dos sindicalistas da Unidade Sindical e de outras tendências mais moderadas, reuniu oficialmente 5 059 delegados de 912 entidades. Contudo, apenas uma confederação e cinco federações fizeram

36. O dirigente sindical Ivan Pinheiros, membro do PCB, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e membro da Coordenação Nacional da Pró-CUT, a nosso ver, expôs com franqueza os motivos que levaram ao adiamento do CONCLAT e à cisão do sindicalismo brasileiro. Segundo o dirigente bancário, a questão das eleições em 1982 constituía apenas um argumento levantado para encobrir divergências muito mais profundas que separavam os defensores da unicidade sindical, de um lado, e os defensores da pluralidade, de outro. Ivan Pinheiros, “Queremos uma Central Efetivamente Unida”, entrevista concedida ao CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), in *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84*, Aconteceu Especial 16, São Paulo, 1986. Na realidade, todas as lideranças estavam conscientes da impossibilidade da permanência de concepções tão díspares no interior de uma mesma organização. Ver, por exemplo, entrevista com Osvaldo Bargas, ex-secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, “Ninguém pediu para Construir a CUT”, e o artigo de Aloísio Mercadante Oliva e Luís Flávio Rainho, “CUT e CONCLAT: a Divisão Política do Movimento Sindical”, in *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84*.

se representar. No conjunto das entidades participantes, deve-se salientar o grande aumento no número de delegados do setor público, que passou de 145, na CONCLAT de 1981, para 483 no CONCLAT de 1983. No rol das reivindicações aprovadas, constaram muitas reivindicações de natureza política mais ampla, como a de uma “reforma agrária radical, ampla, massiva (*sic*), imediata e sob controle dos trabalhadores, a partir da demarcação do uso coletivo da terra”; não pagamento da dívida externa; rejeição da privatização das estatais; eleições diretas para a Presidência da República, etc. Na área especificamente sindical, foram aprovadas resoluções pelo direito irrestrito de greve, pela liberdade e autonomia sindicais, pelo reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores, etc. Contudo, as questões da pluralidade e da contribuição foram deixadas de lado. Em lugar de comissões de fábricas, o congresso propôs a formação de “comissões permanentes por local de trabalho” entendidas como “canal de transmissão das decisões das assembléias sindicais e de integração dos trabalhadores da empresa à luta do conjunto dos trabalhadores”.<sup>37</sup> O congresso aprovou também a realização de uma greve geral, caso o governo não modificasse sua política econômica, não fizesse a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, rompesse os acordos com o FMI, etc.<sup>38</sup>

Nota-se que, apesar do rompimento com a US, o congresso de fundação da CUT reuniu um número bastante elevado de delegados, ampliando enormemente os problemas (e os custos) de organização, alojamento e alimentação de milhares de participantes, o que tornaria muito difícil a realização do evento se não fosse o apoio das prefeituras de São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema, além do auxílio internacional.<sup>39</sup>

37. I CONCLAT, publicação da CUT, 1984, p. 158.

38. Na verdade, a greve geral acabou por ser suspensa na véspera de sua realização. Segundo Aloísio Mercadante Oliva e Luís Flávio Rainho, a direção da recém-formada entidade havia superestimado sua influência junto à classe trabalhadora. *Op. cit.*, p. 47.

39. A Prefeitura de São Bernardo, cujo prefeito era do PMDB, forneceu quase 30 mil refeições e 17 mil lanches aos participantes. *I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora*, ago. 1983, publicação da CUT, pp. 80-1.

## A formação da CGT

O bloco contrário, que não participara desse CONCLAT, resolveu, por sua vez, convocar o “seu” Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, também com o nome de CONCLAT, para novembro do mesmo ano. O congresso elegeu uma Coordenação Nacional mantendo a mesma sigla, CONCLAT. Oficialmente participaram 4 234 delegados de 1 243 entidades. Cerca de três anos depois, em março de 1986, a CONCLAT realizou outro congresso que resultou na formação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Desse último congresso participaram 5 546 delegados de 1 341 entidades.<sup>40</sup> Do plano de luta aprovado constaram reivindicações trabalhistas ao lado de outras de natureza política. Estas, contudo, embora tocando quase as mesmas questões levantadas pela CUT, eram muito mais moderadas na sua formulação: convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, não pagamento da dívida externa, defesa das indústrias estatais, realização de uma reforma agrária (sem exigir que ela fosse realizada sob controle dos trabalhadores), etc. No plano sindical, duas diferenças significativas com relação à CUT devem ser mencionadas: o repúdio expresso, de parte da CGT, à Convenção 87 da OIT e a ausência de qualquer menção à realização de uma greve geral.

Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo.

Reunindo um conjunto muito heterogêneo de tendências, o bloco de sindicalistas que deu origem à CGT dificilmente poderia subsistir por muito tempo. O novo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros (que substituíra Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, na presidência do maior sindicato do país), aliou-se a Antônio Rogério Magri

40. Dados extraídos de *CONCLAT 86, CGT*, “Resoluções do II CONCLAT”, ano I, abr. 1986.



para lançar o chamado “sindicalismo de resultados”. Anticomunista e pragmático mas não apolítico como alerta Adalberto Moreira Cardoso,<sup>41</sup> o “sindicalismo de resultados”, opunha-se ao “sindicalismo de contestação” preconizado pela CUT. Em lugar da valorização de grandes mobilizações e movimentos grevistas de caráter nacional, o “sindicalismo de resultados”, que se pretendia mais pragmático do que ideológico, preferia as mobilizações de categorias e os acordos isolados com as empresas, colocando em primeiro lugar a negociação e, depois, a greve. No plano ideológico, enquanto a CUT no seu segundo congresso (1986) manifestava-se oficialmente pelo socialismo,<sup>42</sup> o “sindicalismo de resultados” manifestava-se a favor da economia de mercado.<sup>43</sup>

## OS DESDOBRAMENTOS SUBSEQÜENTES

### *A União Sindical Independente*

No mapa do sindicalismo brasileiro, cumpriria mencionar ainda uma nova central criada em setembro de 1985, em São Paulo. Trata-se da União Sindical Independente (USI), composta basicamente por federações e confederações do setor de empregados do comércio. Ao contrário da CUT e da CGT, que resultaram da divisão da CONCLAT, a USI tem origem inteiramente diferente, nada tendo em comum com as tendências anteriormente mencionadas. Em setembro de 1989, com a participação de

41. “Pragmatismo e Movimento Sindical no Brasil: Algumas Interpretações”, São Paulo, CEBRAP, 1991. Sobre o mesmo assunto, ver também Arnaldo Nogueira, *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-83)*, dissertação de mestrado defendida na UNICAMP, Campinas, 1990. O estudo traz uma detalhada análise das disputas entre as tendências pelo controle do Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista.

42. Um resumo da história da CUT e uma análise da composição sócio-profissional de seus militantes e de sua ideologia encontra-se em meu livro *CUT. Os Militantes e a Ideologia*, São Paulo, Paz e Terra, 1990. Uma descrição do perfil dos militantes da CUT e de suas bases sindicais encontra-se em Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *Retrato da CUT*, São Paulo, publicação da CUT, 1990.

43. Uma avaliação pró-socialista e altamente crítica do “sindicalismo de resultados” encontra-se em Ozeas Duarte, *Os Mercadores de Ilusões*, São Paulo, Brasil Debates Editora, 1988.

cerca de 1 500 delegados, a USI efetuou seu primeiro congresso. Restrita ao setor do comércio, defendendo um sindicalismo apolítico, a USI, extremamente moderada, não chega a ter uma existência real como central sindical e só subsiste em função das federações e confederações que a criaram.

### *As CGTs*

A Central Geral dos Trabalhadores, desde a sua fundação, teve muita dificuldade para atuar como uma central sindical. Faltou-lhe, para tanto, um projeto e certa homogeneidade interna capaz de atrair militantes e mobilizar forças. Em larga medida, sua formação foi quase uma atitude de defesa diante da presença de uma entidade adversária com uma atuação agressiva e disposta a ser, na prática e não apenas no nome, a única central brasileira. Mas, além disso, a heterogeneidade interna da CGT tornava difícil reunir sindicatos, federações e confederações em torno de um programa comum que pudesse servir, de algum modo, como uma orientação para a atuação da central. No seu interior, digladiavam-se tendências separadas por divergências muito profundas: PCB, PC do B, MR-8 e mais a corrente do “sindicalismo de resultados”, que, ao assumir explicitamente a defesa da economia de mercado, rompia com uma longa tradição de tipo corporativo, nacionalista, socialista ou comunista predominante no interior dos setores militantes do sindicalismo brasileiro. O conflito entre o “sindicalismo de resultados” e os comunistas do PCB e do PC do B tornou-se inevitável. Em fins de janeiro de 1988, numa plenária da entidade realizada em São Paulo, a facção de Medeiros e de Magri conseguiu derrotar o PC do B.<sup>44</sup> Seus militantes abandonaram a reunião e criaram, em agosto do mesmo ano, em São Paulo, a Corrente Sindical Classista. Em fevereiro de 1989, a CSC realizou no Rio de Janeiro o seu Primeiro Congresso Nacional, reunindo oficialmente 2 563 delegados, representando 703 entidades.<sup>45</sup> (Embora desejando per-

44. O estopim da crise foi a aprovação de uma proposta, defendida por Magri e Medeiros, de negociação com os membros do chamado Centrão, na Constituinte, a fim de se manter, na Constituição, a contribuição sindical, com o que não concordavam os sindicalistas do PC do B.

45. A CSC defende um sindicalismo unitário que atue também no campo político, de emancipação social e política da classe operária. No plano político, a CSC, em seu con-



manecer como uma corrente sindical, a CSC optou por aderir à CUT e participar do IV Congresso Nacional dessa central).

### *O Segundo Congresso da CGT*

Depois da saída dos sindicatos ligados ao PC do B, nos dias 27 de abril a 1º de maio de 1989 houve o segundo congresso da CGT. Participaram oficialmente perto de 3 500 delegados representando 984 entidades. Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, defendendo um sindicalismo apartidário e anticomunista, venceu as eleições para presidente da CGT, derrotando o PCB e o MR-8, que apoiavam o antigo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão.<sup>46</sup> A facção derrotada decidiu então convocar, para fins de setembro do mesmo ano, o “seu” congresso, elegendo Joaquinão como seu presidente.<sup>47</sup> Enquanto a CGT de Magri mantinha o nome *Confederação Geral do Trabalho*,<sup>48</sup> a CGT de Joaquinão retomava o antigo nome de *Central Geral dos Trabalhadores*. O resultado foi a manutenção da mesma sigla. (No momento em que escrevemos, a

---

gresso de fundação, defendeu a formação de uma Frente Popular e Progressista, englobando os partidos de esquerda, os movimentos populares, “estudantes, jovens, negros, mulheres e personalidades progressistas”, com o objetivo de lançar uma candidatura de esquerda para a Presidência da República. A plataforma dessa frente estaria centrada em torno dos seguintes pontos: reforma agrária antilatifundiária: efetiva democratização da sociedade brasileira, com sua desmilitarização; política econômica voltada para o mercado interno, não recessiva e que contemple as reivindicações dos trabalhadores por reposição salarial e contra o arrocho, etc. No plano especificamente sindical, a CSC se propõe a combater o reformismo, “de direita ou de esquerda”. *A Classe Operária*, de 23.3.1989.

46. A reunião terminou num clima tenso, depois de troca de ofensas e agressões. Os partidários de Magri queriam a CGT fora do controle dos comunistas, os quais, segundo ele, pretendiam utilizar a Confederação para fins políticos. Os adversários, do PCB e do MR-8, acusavam Magri de estar ligado ao sindicalismo norte-americano e dele receber financiamento, fato não negado por Magri, que afirma ser ele quem tem sustentado a CGT: “Sou eu quem paga o aluguel da sede, dos funcionários, do telefone e o salário do Joaquim, que ganha mil dólares”. Entrevista ao jornal *O Globo*, de 30.4.1989.

47. Um dos principais pontos de luta desta central, tal como definida em seu congresso de fundação, é a “defesa intransigente da unicidade sindical e da contribuição sindical”. “Todos ao Segundo Congresso”, publicação da CGT, 1989. Vários sindicalistas importantes que participaram da fundação dessa central iriam, posteriormente, aderir à Força Sindical.

48. Numa reunião realizada em Brasília, em setembro de 1988, a CGT havia decidido mudar o nome de Central para Confederação Geral do Trabalho, provavelmente para poder reivindicar parte dos recursos da contribuição sindical e da contribuição assistencial.

Central Geral dos Trabalhadores encontra-se muito enfraquecida, em razão da decisão da maior parte dos sindicatos influenciados pelo PCB de também aderirem à CUT. Com isso, permaneceu nesta CGT somente um punhado de sindicatos sob controle do MR-8).

A CGT de Magri, por sua vez, viu-se enfraquecida pelo surgimento de uma nova central que começou a invadir o seu território, procurando apresentar-se como uma alternativa politicamente moderada, aberta ao diálogo com o governo e os empresários com propostas alternativas positivas, mas sindicalmente ativa.

### *A Força Sindical*

Em março de 1991, realizou-se em São Paulo o congresso de fundação de nova entidade, que recebeu o nome de Força Sindical. Oficialmente, 1 793 delegados representando 783 sindicatos estiveram presentes.<sup>49</sup> A Força Sindical pretende ser uma central “moderna, democrática, independente, apartidária, pluralista e latino-americana”, uma alternativa entre uma “proposta conservadora” (que seria a das CGTs) e o “radicalismo e partidarismo inconseqüente” (que seriam os da CUT). No plano das relações trabalhistas e da organização sindical, a FS defende a representação sindical nas empresas, a eliminação da interferência do Estado nas negociações coletivas entre os sindicatos e as empresas, a defesa do meio ambiente, a reforma agrária, a redefinição do papel da empresa pública, a distribuição mais justa da renda nacional, a democratização das relações sociais, econômicas e políticas e a retomada do desenvolvimento, com “justiça social”.<sup>50</sup> No plano político, com relação à forma de governo, a Força Sindical se declara parlamentarista. Com relação às delicadas questões da reforma do Estado e das privatizações, a nova central considera necessária uma reforma administrativa, mas assinala sua “forte oposição a qualquer governo que estabeleça *a priori* objetivos de redução do quadro de funcionários através de demissões”, enquanto se opõe à privatização das empresas

49. *Força Sindical*, ano I, nº 1, jun. 1991.

50. “Programa de Lutas e Estratégias de Ação” e “Nasce uma Nova Força”, documentos do congresso de fundação, mar. 1991.

estatais “das áreas estratégicas”. Reconhece, contudo, a necessidade de “rever a atuação do Estado em setores que só acarretam prejuízos para o povo, assim como estatais que só servem como ‘cabides de emprego’”.<sup>51</sup>

No momento, a Força Sindical, tendo como base de apoio principal o poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Federação dos Trabalhadores da Alimentação, conseguiu alguns êxitos importantes, logrando atrair entidades e lideranças anteriormente ligadas às duas CGTs e à CUT (em bem menor proporção). Embora seja difícil calcular a força de cada entidade, é possível que a FS possa se transformar rapidamente na segunda central sindical do país.<sup>52</sup>

## CONCLUSÃO

A reorganização do sindicalismo brasileiro, como vimos, se deu com grande rapidez. Os motivos que concorreram para isso já foram apontados no início deste artigo. A formação das centrais sindicais, elemento essencial para o exercício do poder sindical, é uma expressão dessa organização e do espaço que o sindicalismo passou a ocupar na vida política e econômica do país. Porém, a força do sindicalismo (e das lideranças sindicais) e todo o grande trabalho organizatório efetuado são prejudicados pelas profundas rivalidades existentes no meio sindical. Nunca, como hoje, o sindicalismo brasileiro esteve tão fragmentado. A divisão entre as centrais reflete, indiscutivelmente, as discrepâncias que existem no interior das classes assalariadas, agravadas nos

51. “Programa de Lutas”, revista *Força Sindical*, p. 47.

52. É difícil estimar a importância de cada central. As informações prestadas pelas próprias centrais tendem a exagerar o número de entidades a elas filiadas, ou sob sua esfera de influência. Os dados mais confiáveis, no nosso entender, são os da CUT, mais antiga e melhor organizada. Com base em informações prestadas pelas próprias centrais, seria o seguinte o número de entidades ligadas a cada uma das centrais: CUT, 1 600; FS, 783 (número de entidades que participaram do congresso de fundação); Confederação Geral dos Trabalhadores, 1100; Central Geral dos Trabalhadores, 500; USI, 1000. Os dados para a Central Geral dos Trabalhadores atualmente devem ser muito menores. Já salientamos que, com a adesão dos sindicatos do PC do B e do PCB à CUT, teriam ficado na Central apenas os sindicatos controlados pelo MR-8. (Segundo informações do *Jornal da Tarde*, de 24.4.1991, essa central estaria reduzida a nove sindicatos, todos sob controle do MR-8.) Naturalmente, a importância de cada Central depende não só do número de entidades filiadas, mas da importância e do ativismo dessas entidades, aspecto difícil de estimar.

últimos anos pela entrada, na luta trabalhista, de segmentos sociais que, num passado recente, tinham estado praticamente afastados do movimento associativo. Referimo-nos às categorias profissionais tradicionalmente consideradas de classe média, como os profissionais liberais (médicos, engenheiros, etc.), os professores e os funcionários públicos. Em fase de declínio social, de perda de *status*, de renda, etc., esses segmentos entraram na luta sindical com grande agressividade, superando inclusive os trabalhadores fabris na realização de numerosas greves. Ideológica e politicamente, vêm-se revelando mais radicais do que muitos segmentos dos trabalhadores industriais. Tornou-se, pois, mais difícil reunir numa mesma grande entidade parcelas tão díspares das classes assalariadas que devem negociar com diferentes empregadores (setor público e setor privado, basicamente) e que são muito diferenciadas em termos de valores, atitudes políticas, nível de renda, de escolaridade, força de pressão, etc. Desse modo, a divisão, ao nível das centrais, provavelmente encontra certo fundamento nas próprias características das categorias profissionais e segmentos sociais envolvidos na atividade sindical. Mas, mesmo aceitando a existência de uma heterogeneidade “natural” no interior das classes assalariadas, é impossível deixar de mencionar o fator propriamente político na divisão do sindicalismo brasileiro. Ocorre que a reorganização do movimento sindical, notadamente os esforços em direção à formação de entidades nacionais, como as centrais, foram amplamente promovidos por correntes político-partidárias. Algumas delas existiam antes dos regimes militares (caso dos dois partidos comunistas, das organizações trotskistas, do trabalhismo e do nacionalismo populistas, especialmente); outras tendências e organizações políticas haviam se formado no processo de luta contra os governos militares, como os movimentos de guerrilha; outras resultaram da atuação da Igreja e de entidades católicas: outras, ainda, formaram-se durante o processo de abertura, em larga medida como fruto da ação de algumas das tendências que acabamos de mencionar. A pluralidade sindical, no nível das cúpulas, em larga medida foi o resultado da atuação de grupos políticos. Em outras palavras: a reorganização do sindicalismo não saiu do interior do próprio sindicalismo. Por volta de fins da década de 70, havia, na verdade, apenas uma facção de “sindicalistas puros”, composta pelas lideranças sindicais

agrupadas em torno do Lula. No início, como vimos, as lideranças de São Bernardo repudiavam a atuação política, queriam os “estudantes” longe do movimento sindical, desconfiavam dos políticos de todas as cores e viam a Igreja como uma força conservadora. Mas, em curto espaço de tempo, essa facção de sindicalistas aproximou-se da Igreja, dos políticos “populares” e das facções marxistas-leninistas para criar o PT e a CUT.<sup>53</sup> Assim se completou a “partidarização” do sindicalismo. Na medida em que, numa cultura política tão fragmentada como a nossa, as disputas político-partidárias dificilmente terminarão tão cedo, é bastante provável que as divisões do sindicalismo brasileiro prossigam até o final deste século.

53. Como já salientamos, houve uma profunda e rápida mudança na atitude de Lula e dos sindicalistas de seu grupo com relação à atividade política e à Igreja. Oficialmente, essa mudança ocorreu depois das greves de fins dos 70 e do enfrentamento não apenas com as empresas, mas também com o governo. “Foi só com as greves que percebemos a necessidade de fazer política. Vimos que os dois campos estavam muito ligados... Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores, PT.” Entrevista de Lula, concedida a Alzira Rodrigues, em dezembro de 1979 e republicada em *Lula. Entrevistas e Discursos*, p. 232-3. Não teríamos elementos para avaliar todos os fatores que levaram à transformação do discurso liberal e sindicalista em discurso socialista e político-partidário por parte de Lula e da liderança do ABC. Porém, com o acirramento do conflito com as multinacionais e com o governo, a necessidade de ampliação do campo de apoio era inevitável. Nesse sentido, parece não haver dúvida de que a greve de 1979 desempenhou um papel de grande importância. Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas ressaltam que, nessa greve, foi a Igreja que deu o maior apoio ao sindicato. Na opinião dos autores, “a partir daí é que Lula adquire admiração por certas personalidades da Igreja e, em decorrência, passa a haver entre as partes maior aproximação” e “mais do que isso, a admitir-se a participação direta da Igreja na greve, como fonte de apoio ao movimento”. Cf. Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *op. cit.*, p. 169. Pensamos, por outro lado, que uma vez estabelecido o projeto do PT e verificada a oposição a ele de parte importante das lideranças sindicais, dificilmente o novo partido poderia viabilizar-se contando apenas com uma facção minoritária das lideranças sindicais e dos pequenos grupos marxistas-leninistas. A Igreja, que também buscava ampliar sua penetração nas classes populares, era o aliado natural. “O comportamento da Igreja nos últimos anos e sobretudo agora não deixa dúvidas de que, após Medellín e Puebla, grande parte de seus membros se colocou efetivamente ao lado dos mais necessitados... Tenho certeza de que a sociedade brasileira ganhará muito com a aproximação entre a Igreja e a classe trabalhadora”. Entrevista de Lula concedida a frei Beto e publicada pela primeira vez na revista *Isto É*, de 28.5.1980, e reproduzida em *Lula. Entrevistas e Discursos*, p. 286.

## REFORMA E PERSISTÊNCIA DA ESTRUTURA SINDICAL

ARMANDO BOITO JR.

Armando Boito Jr. é professor de Ciência Política na UNICAMP. É autor de *O Sindicalismo de Estado no Brasil — uma análise crítica da estrutura sindical* (Editoras Hucitec e Unicamp, 1991).